



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PREPARAÇÃO E EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS FUNCIONAIS - SEPEX/DSEG/INI/DIREX/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0020721/2016-SEPEX/DSEG/INI/DIREX/PF

Processo nº 08203.300061/2016-75

Sistema de Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO

POLÍCIA FEDERAL

PREGÃO SRP Nº/2016

(Processo Administrativo nº 08203.000.858/2016-75)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de PORTA FUNCIONAIS para compor o conjunto de identificação funcional dos servidores da Polícia Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento e com compromisso formal dos preços que serão praticados pela empresa beneficiária, pelo período de 12 (doze) meses, visando futuros atendimentos às necessidades da Diretoria Executiva da Polícia Federal, como Órgão Gerenciador.

1.2. A unidade gestora da presente Ata de Registro de Preços será a COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA DE LOGÍSTICA POLICIAL DA PF.

TABELA 1

Item	Desc/Especif.	Detalhamento	Qtd. Parcial	Qtd. Total	Valor Máx.TOTAL Aceitável
1	Confecção e Fornecimento de Porta funcional para servidores da Polícia Federal	Cargo de Agente de Polícia Federal	9.605	20.882	R\$ 2.526.722,00
		Cargo de Escrivão de Polícia Federal	2.544		
		Cargo de Delegado de Polícia Federal	2.687		
		Cargo de Papiloscopista Policial Federal	655		
		Cargo de Perito Criminal Federal	1.426		
		Cargo de Administrativo	3.965		

1.3. Por motivos de segurança, o porta funcional deverá conter um selo holográfico, conforme o item 1.4.1.7, indexando a capa de couro com o emblema metálico. Assim sendo, não é possível a previsão de prioridade de aquisição das cotas reservadas, que acarretaria em prejuízos no controle e segurança.

1.4. Detalhamento dos itens:

1.4.1. Porta funcional da Carreira da Polícia Federal:

1.4.1.1. O Porta funcional será composto de um corpo principal formato tipo “livro” (abertura vertical) em couro medindo aberto 150 x 100 mm, +- 2,0 mm e fechado 75 x 100 mm, +- 2,0 mm aberto, tendo 2,5 mm de espessura, +- 0,5 mm. Na capa (aba nº 2, da visão externa - figura 4) haverá uma gravação em baixo relevo, sem uso de tinta ou película, devendo ser centralizada no livro nas suas dimensões horizontal e vertical, e feita de forma homogênea. A profundidade aplicada deve ser uniforme e feita de maneira que garanta a qualidade do porta funcional e a perfeita legibilidade dos dizeres em condições normais de uso. Na parte superior em formato de “meia-lua” a inscrição com letra modelo Arial de 6,0 mm de altura **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, ao centro haverá a gravação do **BRASÃO ARMAS DA REPÚBLICA** medindo 35mm de altura x 32,67mm de largura e logo abaixo do mesmo haverá outra gravação em linha reta com letra modelo Arial de 8,0 mm de altura **POLÍCIA FEDERAL**. Ver Figura 4.

1.4.1.2. Internamente, na aba nº 1 (visão interna – Figura 4), em forma de bolso, será afixado o distintivo (emblema + listel do cargo) da Polícia Federal em metal, medindo o emblema 42mm de altura x 33,6mm largura e o listel do cargo, medindo 0,8mm de altura x 33,6mm de largura. As cores do emblema deverão seguir o padrão da Polícia Federal, conforme Figura 2.

FIGURA 1

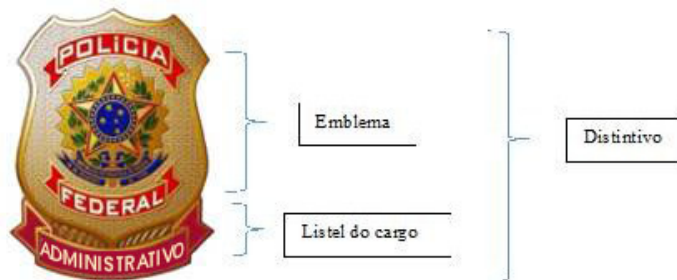


FIGURA 2 – PADRÃO DE CORES DO EMBLEMA DA POLÍCIA FEDERAL

Padrão de cores

Os padrões de cores do Emblema da Polícia Federal devem ser respeitados conforme indicado:

CMYK (Cyan, Magenta, Yellow, Black) é um sistema de cores que, combinadas, podem gerar outras cores. Utilizado como padrão em impressão e trabalhos gráficos.

O Guia Pantone® é uma tabela de cores padrão universal, utilizado na indústria gráfica. Cada cor existente nesse guia possui um número.

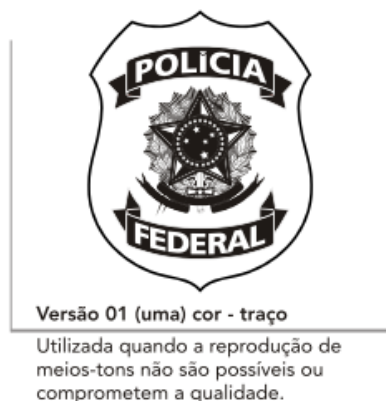
A correta utilização das cores é fundamental para a manutenção do padrão da logomarca. Abaixo estão demonstradas as cores no padrão CMYK.

A versão da logomarca em cores da escala Pantone® deve ser utilizada em métodos de impressão em que as 4 cores não obtêm resultado satisfatório.



Originais da Marca

Deve-se respeitar o padrão estabelecido de assinaturas sem alterar proporções, distâncias e posicionamento dos elementos construtivos do Emblema da Polícia Federal.



1.4.1.3. O Porta funcional será confeccionada em couro bovino (vacum) legítimo, com tingimento atravessado e pigmento na cor preta.

1.4.1.4. A pelaria a ser utilizada deverá ter classificação tipo "A" padrão Exportação, as peles deverão ter um toque encartonado, a flor deverá ser semi-integral estampada com chapa lisa a fim de reduzir o relevo e dar o aspecto de "liso" ao couro, o semi-brilho do tingimento será do tipo médio. A espessura das peles será de 10 (dez) linhas no mínimo e 12 (doze) linhas no máximo. O tingimento das peles deverá atravessar o carnal e a flor, devendo ser firme e não se soltar mesmo quando submetido a umidade, o pigmento será na cor PRETA. As peças de couro que compõem a "carteira" terão as bordas chanfradas em 7,0 mm (da borda para o centro) reduzindo a espessura nas bordas para 6 (seis) a 8 (oito) linhas. O chanframento é necessário a fim de garantir o melhor acabamento nas dobras (orlas) e cantos que deverão ter ângulo reto de 90° (noventa graus) e as dobras internas dos cantos se ajustarem perfeitamente em sentido transversal sem se sobreporem uma sobre a outra. Tolerância máxima Permitida de + ou - 5% (Cinco por Cento).

1.4.1.5. A estrutura será construída por meio de 2 (dois) cortes retangulares de papel Bob Kraft 420 g/m2 ou similar que serão aplicados (colados) na parte interna do couro da capa e no bolso interno que será fixado o brasão. Tolerância máxima Permitida de + ou - 5% (Cinco por Cento).

1.4.1.6. O forro será em tecido maquinado composto de fios 100% Poliéster, na cor preta, com urdume poliéster 75/36 e trama de 150/48-22 fios por cm2, estrutura de 36 x 22 fios, ligamento tipo tela com zero de torção, gramatura de 0,064 g/m2 recoberto por uma camada de resina super goma, a fim de evitar o desfilamento nas bordas e encartonar o mesmo. Tolerância máxima Permitida de + ou - 5% (Cinco por Cento).

1.4.1.7. Na aba nº 1, visão externa - Figura nº 4, haverá uma abertura retangular no centro da parte inferior do couro medindo 26 x 16 mm pela qual poderá ver-se um selo holográfico com os dizeres "POLÍCIA FEDERAL", na cor azul, em holografia que estará colado ao papelão de fundo e medirá 30 x 20 mm no qual terá impresso em preto na parte esquerda do selo o desenho do Brasão da Polícia Federal que deverá ter 15mm de altura x 12 mm de largura, e na parte direita superior a

inscrição “POLÍCIA” e “FEDERAL” em duas linhas, na fonte Arial, tamanho 6. Logo abaixo, haverá um número sequencial de 5 (cinco) dígitos, com inscrição em fonte Arial, tamanho 6, começando com “00001”, o qual deverá ser correspondente ao mesmo número gravado no verso do brasão em metal. O selo holográfico com as referidas impressões será recoberto por uma resina translúcida incolor que servirá de segurança e proteção ao código de numeração sequencial. Tolerância máxima Permitida de + ou – 5% (Cinco por Cento). Todas as impressões deverão ser na letra Arial.

FIGURA 3

1.4.1.8. O visor plástico, que será aplicado na aba nº 2, visão interna – figura 4, será composto de um corte retangular de PVC (Filme Plastificado Composto 100% Policloreto de Vinila), tipo sarja maleável, com 0,24 mm de espessura, com gramatura de 0,220 a 0,270 kg/m², a transparência mínima é de 95,0%, incolor.

1.4.1.9. A união dos componentes (couro, papel e forro) será por meio de cola de montagem e a costura será em linha com a composição de filamento de 100% poliamida 6.6, de alta tenacidade, com acabamento bonderizado e lubrificado, resistência à ruptura de no mínimo 1,8 Kg, alongamento à ruptura de no mínimo 18%. A linha a ser utilizada na agulha com ponta de lança será a de nº 90 e a linha a ser utilizada na canelinha a de nº 120. A costura com esta linha se dará por meio de agulha de aço especial do tipo “ponta de lança” nº 11, de forma a dar melhor ajustamento aos pontos e para se garantir a uniformidade dos pontos que deverão estar rigorosamente com 2,0 mm de distância (Tolerância de + ou – 10% (dez por cento) um do outro e com arremates ao final das costuras de no mínimo 3 (três) pontos. A costura deverá ser realizada em máquina tipo industrial pneumática e computadorizada programada para os ajustes aqui estabelecidos.

FIGURA 4

1.4.1.10. Distintivo metálico nas seguintes variações:

FIGURA 5

OBSERVAÇÃO: IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS



1.4.1.11. O distintivo da **POLÍCIA FEDERAL** será estampado em metal nobre, não ferroso (latão) com espessura de 2,0 mm, +- 0,5 mm, medindo 45 mm de altura, +-1,0 mm e 36 mm de largura, +-1,0 mm.

1.4.1.12. A peça será banhada (uniformemente, sem defeitos, bolhas ou microfissuras) em liga metálica visando evitar o escurecimento, preservando a cor dourada (referência da cor constante na figura 2), pintado com resina de poliéster e posterior aplicação de resina epóxi transparente, de forma a uniformizar a superfície. A superfície do distintivo, após aplicação da resina, deve ficar plana e sem relevos sensíveis ao toque;

1.4.1.13. A aplicação da resina deve ser feita de forma tal que não sejam visíveis bolhas ou arranhões que possam comprometer a qualidade ou legibilidade do distintivo;

1.4.1.14. O emblema terá o formato de um escudo estilizado, estampado em alto e baixo relevo lembrando um escudo polonês, com todo o campo da base principal em jalne polido, com rugosidades semelhantes a grãos de ouro. Em chefe aparece um listel (faixa) em goles (vermelho transparente), onde se insere a palavra “POLÍCIA” com letras em banho de níquel na cor prata e em contra chefe outro listel (faixa), também em goles (vermelho transparente) onde se insere a palavra “FEDERAL” também com letras em banho de níquel na cor prata. (obs.: em heráldica, a cor “prata” traduz-se como “branco”). As cores e fonte do listel do cargo deverão seguir as mesmas utilizadas nos listeis dos dizeres “POLÍCIA FEDERAL”.

1.4.1.15. A fonte utilizada no emblema deve ser a FRUTIGER, e as cores devem seguir as referências dispostas no padrão de cores do emblema da Polícia Federal, conforme Figura 2.

1.4.1.16. Em contra chefe, abaixo do emblema, mas fundido em uma só peça com ele, outro listel (faixa), em goles (vermelho transparente) onde se insere um dos seguintes cargos: DELEGADO, PERITO, PAPILOSCOPISTA, AGENTE, ESCRIVÃO e ADMINISTRATIVO. Todas as funções com letras em banho de níquel na cor prata e medindo 4,0 mm de altura, +- 0,5 mm e 3,9 mm de largura, +- 1,0 mm.

1.4.1.17. O listel de identificação do cargo deve seguir o mesmo padrão de cores e fontes dos outros listeis;

1.4.1.18. A frente do emblema seguirá o padrão estabelecido pelo Manual de Identidade Visual da Polícia Federal, no que se refere às cores e proporções.

1.4.1.19. No verso do distintivo haverá um mosaico de microletras dispostas de forma regular que de forma continua entenda-se “PF” e “PF” rotacionada em 180°, em 21 linhas, com a fonte Arial tamanho 4, tendo ao centro a gravação de um código numérico sequencial de 5 (cinco) dígitos gravados a laser sobre as micro letras iniciando por “00001”, mais embaixo haverá uma gravação em relevo identificando o fabricante, o mês e o ano da fabricação para efeitos de análise do período de garantia e também por questões de segurança. Todas as gravações em laser deverão ser feitas com fonte Arial, tamanho 14.

1.4.1.20. No coração do emblema destacam-se as armas nacionais que se descrevem segundo a Lei 5.700, de 1971, na forma que segue:

a) O escudo redondo será constituído em campo azul-celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação Cruzeiro do sul, com a bordadura do campo perfilada de ouro, carregada de estrelas de prata em número igual ao das estrelas existentes na Bandeira Nacional.

b) O escudo ficará pousado numa estrela partida gironada, de 10 (dez) peças de sinopla dourada, contornada de 2 (duas) tiras, sendo a interior de goles (vermelha) e a exterior dourada;

c) O todo brocante sobre uma espada, em pala, em punha dourada, guardas de blau salvo a parte do centro que é de goles (vermelha) contendo uma estrela de prata figurará sobre uma coroa formada de um ramo de café frutificado, à destra, e de outro de fumo florido, à sinistra ambos de cor própria, atados de blau, ficando o conjunto sobre um resplendor dourado, cujos contornos formam uma estrela de 20 (vinte) pontas;

d) Em listel (faixa) de blau brocante sobre os punhos da espada, inscrever-se-á, em dourado, a legenda “REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”, no centro, e ainda as expressões “15 de Novembro”, na extremidade destra, e as expressões de “1889”, na extremidade sinistra.

e) A feitura das Armas Nacionais deve obedecer à proporção de 15 (quinze) de altura por 14 (quatorze) de largura.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.5. O Instituto Nacional de Identificação, órgão da Diretoria Executiva da Polícia Federal, é o órgão responsável pela expedição do documento de identificação dos integrantes da Carreira Policial Federal (em consonância ao disposto no artigo 4º, do Decreto 98.380/89) e dos servidores do PECPF.

2.6. Os itens que atualmente integram o conjunto de identificação funcional dos servidores da Carreira Policial Federal e do PECPF estão regulamentados por meio da Instrução Normativa nº 31/2010-DG/PF, de 14.06.2010, publicada no

Boletim de Serviço no. 112, de 15.06.2010 c/c a Instrução Normativa nº 71/2013-DG/PF, de 14.05.2013, que altera os artigos 24, 26 e 27 da IN 31, anteriormente citada. Tais dispositivos concedem validade aos antigos modelos compostos de cédula de identidade funcional e porta funcional até que se promova a substituição pelos novos modelos.

2.7. *A modalidade pregão eletrônico foi escolhida pelo entendimento de que a confecção de porta funcional se enquadra como “bens e serviços comuns”, definidos na Lei nº. 10.520, de 2002 e Decreto nº. 5.450/2005 uma vez que as especificações dos materiais (couro bovino, papel, fios de poliéster, linha de poliamida, visores de plástico PVC, latão não ferroso, etc.), bem como, as dimensões e impressões utilizadas para a confecção dos porta funcionais e definidas neste Termo de Referência são compatíveis com os padrões usualmente adotados pelo mercado de carteiras (porta funcionais), brasões, distintivos e descrevem objetivamente os padrões de qualidade e desempenho a serem oferecidos.*

2.8. *Portanto, a modalidade pregão eletrônico, que tem sido usada frequentemente para serviços por órgãos do governo, foi escolhida para garantir uma compra mais econômica, segura e eficiente para a Administração.*

2.9. *O Sistema de Registro de Preços - SRP foi selecionado em razão da necessidade de aquisições do serviço programadas que observem a conveniência do parcelamento pela Administração, visando ao atendimento gradual da demanda, de modo a evitar que grande quantidade do material seja solicitado e guardada/condicionada em local seguro (cofre) por longo período e, assim, elidir a possibilidade de expor o bem, composto por material orgânico (couro bovino), a riscos, como por exemplo, o aparecimento de mofo (fungos) que, eventualmente, poderia comprometer a qualidade geral do conjunto de identificação funcional. Desta forma o SRP é a solução preferencial, segundo previsto no artigo 3º do Decreto no. 7.892/2013, inciso I “quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”.*

2.10. *Não foi efetuada a Intenção de Registro de Preços por outros órgãos e entidades, devido às peculiaridades da utilização do produto a ser contratado, pois o conjunto de identificação funcional somente pode ser expedido pela Polícia Federal, e mais especificamente pelo Instituto Nacional de Identificação, desta forma também não será permitida a participação de órgãos não participantes da licitação.*

2.11. *O critério de julgamento para a contratação da empresa será aquele que apresentar o menor preço global, haja vista que trata basicamente do mesmo produto, diferindo apenas na distribuição dos caracteres no Distintivo da Polícia Federal. Dessa maneira, caso houvesse um parcelamento de CONTRATADAS poderia haver perda de confidencialidade e padronização do serviço a ser executado, e por conseguinte, do conjunto funcional confeccionado exclusivamente pela Polícia Federal.*

2.12. *Não se trata de serviço continuado tendo em vista tratar-se de um serviço de fornecimento de porta funcionais com validade de 12 (doze) meses.*

2.13. *A licitação será composta por um único grupo, com adjudicação do objeto a apenas uma empresa.*

2.14. *Em referência ao quantitativo a ser demandado, estima-se a confecção de aproximadamente 20.882 (vinte mil, oitocentos e oitenta e dois) porta funcionais pelo período de 01 (um) ano.*

2.15. *O quantitativo de 20.882 (vinte mil, oitocentos e oitenta e dois) porta funcionais decorre dos seguintes motivos:*

2.15.2. *Além da estimativa para substituição de porta funcional pelos mais diversos motivos, foram colhidas informações junto à área de recursos humanos com relação ao total de servidores policiais e administrativos da Polícia Federal, que com o novo modelo de funcional deverão trocar as funcionais do modelo antigo;*

2.15.3. *Quantitativo de servidores ativos na Polícia Federal: aproximadamente 14.543.*

2.15.4. *Quantitativo de servidores policiais inativos na Polícia Federal: aproximadamente 6.339.*

2.16. *Deve-se considerar que as aquisições dos serviços serão realizadas de acordo com as demandas existentes no decorrer do exercício financeiro, não sendo possível, portanto, inferir um quantitativo mínimo de unidades a ser cotado, principalmente pela sazonalidade e variabilidade dos fatores de demanda (aposentadorias, extravios, autorização de novos concursos, etc).*

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.17. *Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.*

3.18. *A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.*

3.19. *Trata-se de serviço comum, conforme definido no parágrafo único do artigo 1º da lei 10520/2002, uma vez que as especificações dos materiais (couro bovino, papel, fios de poliéster, linha de poliamida, visores de plástico PVC, latão não ferroso, etc.), bem como, as dimensões e impressões utilizadas para a confecção dos porta funcionais e definidas neste Termo de Referência são compatíveis com os padrões usualmente adotados pelo mercado de carteiras (porta funcionais), brasões, distintivos e descrevem objetivamente os padrões de qualidade e desempenho a serem oferecidos.*

3.20. *A execução indireta desonerará a Administração de investir na compra de equipamentos e insumos particulares do serviço de confecção dos porta funcionais.*

3.21. *O resultado pretendido com a referida contratação é a entrega de um produto final individualizado (Porta Funcional), conforme especificações contidas no presente Termo de Referência, independente dos equipamentos a serem utilizados pela empresa contratada, os quais serão de responsabilidade exclusiva da mesma.*

3.22. *Desta maneira, não será descrito neste documento o detalhamento do serviço de confecção, considerando que é de livre opção da empresa licitante escolher a melhor maneira de se atingir ao resultado final, qual seja, a entrega do Porta Funcional.*

3.23. O pagamento será feito apenas pela entrega do produto final da contratação – Porta Funcional - efetivamente confeccionado.

4. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.24. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.24.5. A empresa vencedora para o fornecimento dos porta funcionais deverá realizar a entrega em até 5 (cinco) lotes, assim determinado:

TABELA 2

LOTE	CARGO	QUANTIDADE
1º	Agentes	1.000 (um mil) porta funcionais
	Escrivães	1.000 (um mil) porta funcionais
	Delegados	1.000 (um mil) porta funcionais
	Papiloscopistas	300 (trezentos) porta funcionais
	Peritos	700 (setecentos) porta funcionais
	Administrativos	700 (setecentos) porta funcionais
2º	Agentes	2.000 (dois mil) porta funcionais
	Escrivães	500 (quinhentos) porta funcionais
	Delegados	500 (quinhentos) porta funcionais
	Papiloscopistas	200 (duzentos) porta funcionais
	Peritos	500 (duzentos) porta funcionais
	Administrativos	700 (setecentos) porta funcionais
3º	Agentes	2.000 (duas mil) porta funcionais
	Escrivães	500 (quinhentos) porta funcionais
	Delegados	500 (quinhentos) porta funcionais
	Papiloscopistas	100 (cem) porta funcionais
	Peritos	200 (duzentas) porta funcionais
	Administrativos	700 (setecentos) porta funcionais
4º	Agentes	2.500 (dois mil e quinhentas) porta funcionais
	Escrivães	500 (quinhentos) porta funcionais
	Delegados	500 (quinhentos) porta funcionais
	Papiloscopistas	55 (cinquenta e cinco) porta funcionais
	Peritos	26 (vinte e seis) porta funcionais
	Administrativos	700 (setecentos) porta funcionais
5º	Agentes	2.105 (dois mil, cento e cinco) porta funcionais
	Escrivães	44 (quarenta e quatro) porta funcionais
	Delegados	187 (cento e oitenta e sete) porta funcionais
	Papiloscopistas	-
	Peritos	-

Administrativos	1.165 (um mil, cento e sessenta e cinco) porta funcionais
-----------------	---

4.24.6. A CONTRATADA entregará os porta funcionais separados por cargo e devidamente acondicionadas individualmente em saquinhos plásticos com a identificação do código numérico e por fora das caixas de papelão uma etiqueta indicando o nome da empresa, data de entrega, função gravada nos brasões que estão na caixa e a sequência numérica dentro de cada caixa.

4.24.7. Para melhor proteção do plástico incolor afixado na aba nº 2, visão interna – Figura 4, a CONTRATADA deverá incluir um papel comum, nas dimensões de 90 mm x 70 mm na sua parte interna, que será removido quando da utilização do porta funcional.

4.24.8. É facultada a Contratante a opção de solicitar o fornecimento de quantitativo diverso aos lotes acima mencionados, de acordo com sua demanda e conveniência.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.25. A demanda do órgão gerenciador tem como base as seguintes características:

5.25.9. Encerrada a fase de lances, a licitante melhor classificada terá o prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, para encaminhar as amostras de porta funcionais acompanhada de laudo técnico emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO - comprovando que as amostras atendem as especificações do Edital - ao Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais-SEPEX, localizado no SAIS - Área 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília/DF, tel.: (61) 2024-9311/2024-9431/9895, em horário comercial.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.26. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos, bem como aqueles estabelecidos no detalhamento do objeto contido no item 1 do presente Termo de Referência.

6.26.10. A qualidade dos serviços prestados pela empresa será aferida pelo índice de erros de confecção e pela manutenção da capacidade de atendimento da demanda.

6.26.11. Havendo descumprimento do Acordo de Nível de Serviço por omissão, desídia, despreparo dos empregados, falhas de planejamento ou outras ações ou omissões de responsabilidade da empresa, sem que a Contratante tenha concorrido para a causa, o valor da unidade de serviço (Porta Funcional fornecido) será ajustado conforme os índices previstos nas tabelas 3 e 4.

TABELA 3

Indicador n.º 01	
Porta funcionais com erros de confecção	
Finalidade	Garantir maior qualidade no processo de produção
Meta a cumprir	Índice de erro menor do que 0,03
Instrumento de medição	Contagem de porta funcional com erro de confecção, entregues ao SEPEX, será feita a cada 100 unidades
Forma de acompanhamento	Servidores designados pela Contratante verificarão todos os porta funcionais entregues. Mensalmente, será produzido relatório com os erros verificados
Mecanismo de Cálculo	O número de porta funcionais com erros de confecção/100 = X
Início de Vigência	Data da publicação do extrato do Contrato
Faixas de ajuste no pagamento referente aos cartões fornecidos no mês em que ocorreu a constatação da desconformidade	Se X menor ou igual a 0,03 → 100% do valor dos porta funcionais Se X maior a 0,03 e menor a 0,05 → 95% valor dos porta funcionais fornecidos Se X igual ou maior a 0,05 e menor a 0,08 → 90% valor dos porta funcionais fornecidos Se X maior de 0,08 → 85% valor dos porta funcionais fornecidos

TABELA 4

Indicador n.º 02	
Capacidade de atendimento da demanda	
Finalidade	Garantir o atendimento da demanda

<i>Meta a cumprir</i>	<i>Meta mínima estimada mensal - 50 unidades</i> <i>Meta máxima estimada mensal – 2000 unidades</i>
<i>Instrumento de medição</i>	<i>Contagem diária dos porta funcionais entregues</i>
<i>Forma de acompanhamento</i>	<i>Um servidor designado pela Contratante controlará o número de porta funcionais fornecidos por semana de trabalho.</i>
<i>Mecanismo de Cálculo</i>	<i>Número de porta funcionais fornecidos/números de pedidos enviados para a confecção = X</i>
<i>Início de vigência</i>	<i>Data de publicação do extrato do Contrato</i>
<i>Faixas de ajuste no pagamento referente aos cartões fornecidos no mês em que ocorreu a constatação da desconformidade</i>	<i>Se X igual ou maior que 0,95 → 100% do valor dos porta funcionais fornecidos.</i> <i>Se X menor que 0,95 e maior ou igual a 0,90 → 95% do valor dos porta funcionais fornecidos.</i> <i>Se X menor que 0,90 ou maior ou igual 0,80 → 90% do valor dos porta funcionais fornecidos.</i> <i>Se X menor que 0,8 → 85% do valor dos porta funcionais fornecidos.</i>

6.26.12. Admite-se justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência e resulte exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da empresa. (cf. art. 33, § 1º, da IN no. 02/2008-SLTI/MPOG).

6.26.13. A formação de lotes com 100 (cem) unidades existe apenas como métrica para aferição da qualidade e quantidade dos serviços.

6.26.14. No caso de uma produção mensal inferior a 100 (cem) unidades, será utilizada a métrica proporcional.

6.26.15. A Contratante reserva-se o direito de enviar para produção lotes com quantitativos variados.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.27. A execução dos serviços será iniciada 30 dias, contados do pedido, em remessa parcelada em lotes mensais com quantidades de Porta Funcionais a serem estabelecidos de acordo com a necessidade da Polícia Federal, no seguinte endereço: Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais do Instituto Nacional de Identificação – SEPEX/DSEG/INI/DIREX/PF, SAIS - Área 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília/DF, tel.: (61) 2024-9311/2024-9431/9895, no horário de 09:00 às 11:30 e 14:00 às 17:00 horas.

7.28. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.28.16. O recebimento provisório se dará mediante assinatura no canhoto da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser entregue em 02 (duas) vias; a Contratante não se responsabiliza por Nota Fiscal não protocolada pela Área de Protocolos, localizada no prédio do Instituto Nacional de Identificação e/ou do Edifício Sede da Polícia Federal.

7.29. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.30. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.30.17. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.31. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.31.18. Para que seja dado recebimento definitivo, será realizada uma auditoria no quantitativo de 50 (cinquenta) porta funcionais com intuito de verificar se o número grafado no selo holográfico corresponde com o número gravado no emblema, bem como proceder à verificação da quantidade, qualidade e conformidade do material entregue com o pedido realizado e com as descrições constantes deste Termo de Referência e, ainda, em relação ao disposto pela legislação vigente e pelos órgãos oficiais de controle, para a aceitação da proposta, no que couber.

7.32. A Contratada ficará obrigada a fazer a primeira entrega de 4.700 (quatro mil e setecentos) porta funcionais na forma do item 4.1, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da publicação do extrato do contrato no DOU.

7.33. A segunda entrega se dará 60 (sessenta) dias corridos contados da data da publicação do extrato do contrato no DOU.

- 7.34. *A terceira entrega se dará 90 (noventa) dias corridos contados da data da publicação do extrato do contrato no DOU.*
- 7.35. *A quarta entrega se dará 120 (cento e vinte) dias corridos contados da data da publicação do extrato do contrato no DOU.*
- 7.36. *A quinta entrega se dará 150 (cento e cinquenta) dias corridos contados da data da publicação do extrato do contrato no DOU.*
- 7.37. *Para a realização das entregas posteriores, o pedido será feito a critério da Administração, mediante comunicação formal, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a entrega do produto, contados a partir da data do recebimento da comunicação anteriormente mencionada pela empresa CONTRATADA.*

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.38. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.39. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.40. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.41. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.42. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
- 8.43. *A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.*

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.44. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.45. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.46. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 9.47. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.48. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.49. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.50. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.51. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.52. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.53. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.54. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.55. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.56. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.57. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.58. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.59. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da

licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.60. *Realizar a colagem dos 50 (cinquenta) porta funcionais auditados no intuito de verificar se o número grafado no selo holográfico corresponde com o número gravado no Distintivo, cabendo à CONTRATADA as despesas de transporte de coleta e entrega do material objeto dessa auditoria.*

9.61. *Responder por todos os ônus referentes aos produtos e serviços contratados, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela DIREX/PF ou pelo Instituto Nacional de Identificação.*

9.62. *Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante.*

9.63. *A empresa fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no fornecimento dos materiais, sendo de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da nota de empenho, na forma do § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93.*

9.64. *Em atendimento ao art. 3º da lei 8.666/93 e IN nº 01 – MPOG, de 19/01/2010 o licitante, a critério da administração, deverá fornecer a declaração de que a empresa atende aos critérios de sustentabilidade socioambiental dos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens, conforme modelo constante no Anexo I.*

9.65. *À CONTRATADA é vedada a impressão de qualquer marca, nome ou símbolo identificador da empresa no porta funcional de forma visível e explícita a título de propaganda.*

9.66. *Ocorrendo o extravio ou dano do produto por fato imputável à contratada, fica esta obrigada à reposição integral do referido produto, correndo por sua inteira responsabilidade as despesas correntes, sem que lhe caiba qualquer indenização ou estorno, sem prejuízos de sanções Administrativas, Cíveis e Criminais.*

9.67. *A CONTRATADA deverá se certificar e assinar Termo de Responsabilidade e Sigilo, conforme Anexo II deste Termo de Referência, comprometendo-se a salvaguardar e manipular o material com identificação da CONTRATANTE de forma adequada.*

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.68. *É permitida a subcontratação parcial do objeto parcial do objeto, com a devida observância do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, no que couber, desde que esta não ocorra na totalidade do serviço.*

10.68.19. *É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.*

10.68.20. *Poderá ser subcontratada o item das figuras 1 ou 3 (sem o brasão em lata) ou 2 (brasão em lata), cujas especificações estão dispostas nos itens 1.3 e subitens.*

10.68.21. *A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.*

10.68.22. *No caso de subcontratação, é responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a entrega do objeto deste Termo de Referência em conformidade com as especificações e padrões constantes do item 1.4.*

10.68.23. *Os prazos descritos no presente Termo de Referência, também se aplicam em caso de subcontratação, sendo o seu cumprimento de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.*

10.69. *As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;*

10.70. *São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:*

10.70.24. *apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;*

10.70.25. *substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;*

10.71. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

10.72. *Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.*

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.73. *É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.*

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.74. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.75. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.76. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.77. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

12.78. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.79. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

12.80. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.81. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.82. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

12.83. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

12.83.26. *A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos em conformidade com a Instrução Normativa no. 51/2011-DG/PF, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Boletim de Serviço da Polícia Federal nº 246, de 26 de dezembro de 2011, que "Regulamenta o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos contratos previstos no art. 67 da Lei no 8.666, de 1993, no âmbito da Polícia Federal", doravante denominada IN 51/2011.*

12.83.27. *Além das previstas no art. 17 da IN 51/2011, é atribuição do Fiscal de Contrato registrar as ocorrências e não conformidades verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas avençadas, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.*

12.83.28. *As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato deverão ser encaminhadas, em tempo hábil e pela via hierárquica, ao Gestor do Contrato para adoção das medidas cabíveis.*

12.84. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.85. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.85.29. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.85.30. ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.85.31. fraudar na execução do contrato;

13.85.32. comportar-se de modo inidôneo;

13.85.33. cometer fraude fiscal;

13.85.34. não manter a proposta.

13.86. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.86.35. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.86.36. multa moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

13.86.37. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.86.37.21. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.86.38. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.86.39. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.86.40. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.87. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.87.41. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.87.42. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.87.43. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.88. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.89. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

13.90. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. **PRAZO DE GARANTIA:**

14.91. *O material entregue deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses contados a partir da data de entrega do recebimento definitivo.*

14.92. *Todos os custos de mão-de-obra, transporte ou quaisquer outros, para o atendimento da garantia, serão de inteira e total responsabilidade da CONTRATADA.*

15. **DAS AMOSTRAS**

15.93. *Encerrada a fase de lances, a licitante melhor classificada terá o prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, para encaminhar as amostras de porta funcionais acompanhada de laudo técnico emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO - comprovando que as amostras atendem as especificações do Edital - ao Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais-SEPEX, localizado no SAIS - Área 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul - Brasília/DF, tel.: (61) 2024-9311/2024-9431/9895, em horário comercial.*

15.94. *Será disponibilizado também ao vencedor, caso haja interesse, 01 (um) modelo de emblema da Polícia Federal, a título de empréstimo, devendo o mesmo ser devolvido no momento da entrega do produto. Tal emblema não o obrigará ao vencedor a produzir uma cópia idêntica, mas servirá tão somente para dirimir quaisquer dúvidas quanto à consecução do projeto.*

15.95. *Caso as amostras da licitante melhor classificada não sejam aceitas, será convocada a sua sucessora e assim por diante até que seja selecionada empresa que apresente amostras que atendam a todas as exigências constantes neste Termo de Referência e devidamente atestadas pelo SEPEX.*

15.96. *A remessa do modelo de emblema, caso seja solicitado à licitada, e as amostras apresentadas ficarão a cargo da licitante, não cabendo qualquer ônus à Administração.*

15.97. *As amostras deverão estar acondicionadas individualmente em embalagem lacrada, e devidamente identificadas com os dados da empresa da licitante, número do Pregão, e dispor, na embalagem, de informações quanto às características do item ou itens correspondentes, tais como data de fabricação, quantidade e modelos, bem como estar acompanhadas de catálogo ou folhetos do fabricante contendo informações técnicas detalhadas sobre as amostras para fins de comprovação do atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência.*

15.98. *A Licitada deverá analisar as amostras em até 10 (dez) dias úteis, expedindo comunicado acerca da aprovação ou reprovação das amostras durante esse prazo. Os porta funcionais apresentadas como amostras serão abertas para análises e, em caso de aprovação, não serão contadas como parte do total a ser entregue posteriormente.*

15.99. *Será necessária apresentação de amostras para todos os materiais especificados no item 1 deste Termo de Referência, devendo ser apresentadas para análise 01 (uma) amostra de porta funcional para cada um dos cargos: AGENTE, DELEGADO, ESCRIVÃO, PERITO, PAPILOSCOPISTA e ADMINISTRATIVO, totalizando o número de 06 (seis) amostras.*

15.100. *Serão rejeitadas as amostras que apresentarem divergências em relação às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.*

15.101. *Enquanto não expirado o prazo para entrega das amostras, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações nos produtos apresentados.*

15.102. *A avaliação de cada produto será feita com base na amostra fornecida e na documentação oficial do fabricante. Serão efetuados testes e verificações de conformidade e resistência das amostras apresentadas pelos licitantes até que sejam consideradas aceitas pela Administração.*

15.103. *Os porta funcionais apresentados como amostras deverão ter, obrigatoriamente, as mesmas características técnicas dos produtos que serão posteriormente entregues pela CONTRATADA.*

15.104. *Mediante análise da amostra, se constatada tentativas de lesar a Administração por crimes inseridos nos incisos II, III e IV do Art. 96 da Lei 8.666/93, a licitante responsável pela amostra será imediatamente desclassificada, sem prejuízo de outras sanções administrativas e criminais.*

15.105. A exigência de apresentação de amostras é devida pela necessidade de padronização dos documentos de identificação funcional da Polícia Federal, cuja prerrogativa no caso do cargo dos Policiais Federais, confere a seu portador porte de arma e franco acesso a locais sujeitos à fiscalização pública. Nesse diapasão, o produto a ser contratado não poderá conter alterações em relação aos demais conjuntos de identificação funcional, permitindo o imediato reconhecimento pelos diversos órgãos públicos e privados.

16. DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS:

16.106. Os porta funcionais entregues como amostras serão analisadas pela Administração que, a seu critério, no prazo máximo de 10 (dez) dias, poderá consultar órgão oficial para manifestação técnica e, se consideradas aprovadas, não farão parte do quantitativo total a ser entregue posteriormente, quando solicitado;

16.107. O Serviço de Preparação e Expedição de Documentos Funcionais – SEPEX emitirá certificado opinando sobre a aprovação ou não das amostras, para cada item, com a finalidade de subsidiar e fundamentar a decisão do Pregoeiro, no que tange à conformidade e qualidade dos produtos apresentados.

16.108. No julgamento das AMOSTRAS serão considerados os seguintes critérios:

16.108.44. O atendimento às especificações constantes deste Termo de Referência.

16.108.45. O parecer técnico emitido por órgãos oficiais, no caso da realização de consulta, à critério da Administração.

17. AVALIAÇÃO DO CUSTO

17.109. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 2.526.722,00, (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil reais, setecentos e vinte e dois centavos), correspondente a média dos três orçamentos constantes neste Termo de Referência, conforme quadro abaixo.

17.109.46. O custo estimado por unidade é de R\$ 121,00 (cento e vinte e um reais).

17.109.47. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado. Conforme preceitua o Acórdão nº 2.943/2013 do Plenário do Tribunal de Contas da União, in verbis, “na elaboração de orçamentos destinados às licitações, deve a administração desconsiderar, para fins de elaboração do mapa de cotações, as informações relativas a empresas cujos preços revelem-se evidentemente fora da média de mercado, de modo a evitar distorções no custo médio apurado e, conseqüentemente, no valor máximo a ser aceito para cada item licitado”, foi desconsiderado o valor apresentado pela empresa Nova Siciliano Indústria e Comércio de Placas Metálicas LTDA.

TABELA 5

EMPRESA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<i>Nova Siciliano</i>	20.882	R\$ 170,00	R\$3.549.940,00
<i>Arm</i>	20.882	R\$ 120,00	R\$2.505.840,00
<i>Metalcouro</i>	20.882	R\$ 95,00	R\$ 1.983.790,00
<i>MB</i>	20.882	R\$ 148,00	R\$ 3.090.536,00
MÉDIA/ORÇAMENTOS		R\$ 121,00	R\$ 2.526.722,00

18. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.110. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso II do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.111. As despesas decorrentes da prestação de serviço relacionada ao objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para a Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

licitante) Inscrita no CNPJ N.º : _____ (nome empresarial da
com sede na _____ (endereço
completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado,
portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF/MF n.º _____

_____, para os fins de habilitação no Pregão Eletrônico _____,
DECLARA expressamente que:

1. *Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.*

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, de _____ de 2016.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO

_____, portador da cédula de identidade RG nº _____ órgão emissor _____ e do CPF nº _____
representante legal da empresa _____ CNPJ nº _____
: _____, Inscrição Estadual nº _____ Endereço _____
CEP _____, cidade _____ - UF _____
_____, doravante denominada CONTRATADA, por tomar conhecimento de informações sobre as informações sigilosas da Polícia Federal, doravante denominada CONTRATANTE, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo de Compromisso de Responsabilidade e Sigilo.

1. *O objetivo deste Termo de Compromisso de Responsabilidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações sigilosas de propriedade exclusiva da CONTRATANTE bem como definir as regras para seu uso e proteção que porventura forem disponibilizadas à CONTRATADA em função dos procedimentos necessários para a execução do objeto do Contrato nº _____ referente ao Pregão Eletrônico nº _____, celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto nº 7.845 de 14 de novembro de 2012, salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade.*
2. *A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.*
3. *A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa da CONTRATANTE, das informações restrita reveladas.*
4. *A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços à CONTRATANTE, as informações restritas reveladas.*
5. *A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços à CONTRATANTE, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.*
6. *A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.*
7. *A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.*
8. *A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, se devidamente comprovada, sem autorização expressa da CONTRATANTE, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre CONTRATANTE e a CONTRATADA sem qualquer ônus para a CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive os de ordem moral, bem como as responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.*
9. *O presente Termo tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas da CONTRATANTE. E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, a CONTRATADA assina o presente termo através de seus representantes legais.*

_____, de _____ de 2016.

Assinatura (representante legal da empresa)

RG: _____ CPF: _____



Documento assinado eletronicamente por **REBECA DIAS CARIO, Chefe de Serviço - Substituto(a)**, em 11/08/2016, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRASILIO CALDEIRA BRANT, Papiloscopista Policial Federal**, em 12/08/2016, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0020721** e o código CRC **153E9BF3**.

Referência: Processo nº 08203.300061/2016-75

SEI nº 0020721